FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA/PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS PARÁ-PA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

PACHECO; Tatiana Santos [1]

RESUMO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA/PARA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O INSTITUÍDO E O PRATICADO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS PARÁ-PA

Tatiana Santos PACHECO[1]

[1] Mestranda no Programa de Mestrado profissional em Educação Inclusiva-PROFEI da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

E-mail: tatipacheco31@hotmail.com

RESUMO: A presente pesquisa em andamento discute a formação de professores na perspectiva da Educação para Inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais – NEE na rede básica de ensino. Visando uma discussão enveredada pelo debate entre o instituído e o praticado no âmbito das práticas inclusiva na escola básica do município de Parauapebas, amparado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de uma investigação de caráter pesquisa-ação a partir da abordagem qualitativa ancorada nos princípios da dialética crítica evidenciando os aspectos contraditórios da realidade e dos movimentos sócio-histórico, sócio-político e sócio-cultural da educação inclusiva no país. Tem-se como campo empírico a rede básica do município de Parauapebas - PA. Cujos sujeitos de pesquisa sendo os professores da Educação Infantil, contando com entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados e análise documental para averiguar as discrepâncias entre instituído e praticado no âmbito da política de educação inclusiva. Opta-se pelo Produto Educacional que será um Plano de Ação de Formação de Professores de Educação Inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Especial. Formação de Professores. Politicas Públicas. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído sob a Lei nº 13.005/2014, com vigência de dez anos (2014-2024) estabeleceu metas para ser alcançadas pela Educação e suas políticas educacionais, dentre elas a meta 04 voltada para garantias de atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais para além da oferta de matrículas e uma visão integradora. Dentre as dez diretrizes do PNE, consta “a IX - valorização dos (as) profissionais da educação” (BRASIL, 2014, p.8) o que pressupõe a formação de professores para garantir o que preconiza a meta 04 do plano – educação inclusiva e atendimento especializado para os alunos com NEE, reiterado pelas metas 15 a 18 que abordam a formação de professores. Pela Lei Brasileira da Inclusão, isto é, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituída sob a Lei nº 13.146/2015, estabelece-se no art. 28, mais especificamente nos incisos X e XI assegurar a legitimação de práticas inclusivas na formação inicial e continuada dos docentes para garantir o atendimento aos alunos com NEE nas escolas regulares e no Atendimento Educacional Especializado – AEE. No cenário das políticas de formação docente no Brasil nos últimos dez anos, o aporte referencial tem sido o PNE (2014-2024), principalmente no que tange a implantação e implementação de políticas educacionais e, aqui, a centrada na formação de professores tanto inicial quanto continuada. Assim sendo, acredita-se que, pensar a formação de professores para educação inclusiva requer a construção de práticas formativas docentes para que se garanta o direito à equidade no acesso, permanência e

[1] Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tatipacheco31@hotmail.com

aprendizado dos alunos com NEE tal como prevê as diretrizes das leis.

Neste contexto investigar sobre a implementação das políticas para formação de professores para educação inclusiva, especialmente, pelas lentes do que está instituído e o que efetivamente tem sido praticado, torna-se relevante. Entretanto, não se trata de nada excepcional e sim, de cumprimento da legislação em relação à inclusão e a formação de professores.

Diante do exposto é que a pesquisa tem se enveredado e desenhado o estudo. Buscando responder ao problema de pesquisa que consiste em saber de que maneira têm sido efetivadas as políticas públicas educacionais para formação de professores na perspectiva da/para inclusão escolar frente à realidade das escolas e do alunado com necessidades educativas especiais, considerando o que tem sido instituído e o que se tem efetivamente praticado pelos municípios interioranos do país? Trazendo para o cerne do debate as considerações acerca da (1) concepção de educação inclusiva está sendo praticada; (2) como tem sido pensada a formação continuada e as práticas de inclusão na rede; quem são os profissionais de educação que lidam com o apoio aos docentes e discentes no âmbito da inclusão; (4) quais as discrepâncias entre o direito instituído e a garantia assegurada e (5) as dicotomias entre incluir, integrar, segregar, socializar.

Cujo objetivo macro estabelece-se por analisar de que maneira têm sido efetivadas as políticas públicas educacionais para formação de professores na perspectiva da/para inclusão escolar frente à realidade das escolas e do alunado com necessidades educativas especiais, considerando o que tem sido instituído e o que se tem efetivamente praticado no município de Parauapebas, no Pará.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar sucintamente sobre a Educação Especial e, mais especificamente, na perspectiva da Inclusão nesta proposta de investigação parte-se do marco histórico por volta do século XIX, o qual, de acordo com Bueno (1999) marcou a história da deficiência, isto é, o período em que se compreende que além de hospitais e abrigos as pessoas com deficiência precisam também de atenção especializada.

De acordo com os estudos de Januzzi (2013), no Brasil, a ideia de Educação Especial pelas Políticas Públicas Educacionais ganhou força historicamente a partir da década de 1970, embora, mais com viés clínico do que educacional. Somente a partir dos anos de 1970 o posicionamento sobre a Educação Especial com atenção à deficiência passa a ter outra ideia, a excepcionalidade.

Nos estudos de Sassaki (2002), no âmbito da legislação educacional somente a partir da primeira Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação - LNDBE, lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, foi criado o Conselho Federal de Educação, e nela apareceu a expressão “educação de excepcionais”. Desse modo, aparece pela primeira vez a preocupação – ainda que de forma singela, pela educação das pessoas com deficiência no país. Na década de 1990, a Política Pública para Educação no país prevê de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº. 9.394/96, que a Educação Especial passa ser uma modalidade de educação e deve ocorrer preferencialmente em escolas regulares e em turmas 7 comuns. E reiterado no art. 58 ser dever do estado prover condições de organização escolar entende-se que, a formação de professores configura uma das condições para garantir aos discentes o direito de acesso, permanência e aprendizagem.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CBE nº. 2/2001 preconizam no art. 2º que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001). Considera-se, portanto que, a Educação no projeto da Inclusão enfatiza que a escola deve oferecer condições adequadas para atender a diversidade das crianças em fase de ingresso escolar.

Diante do ponto de vista de Nóvoa (1991) em relação à Educação Inclusiva, pode-se, considerar nessa perspectiva que o processo de inclusão em educação deve possibilitar a reformulação do sistema de ensino como um todo e, inclusive, as políticas de formação de professores. Pela Política

[1] Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tatipacheco31@hotmail.com

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é reforçada a relevância da formação de professores para reconhecer a diversidade social e conviver com ela e garantir a educação de todos os alunos, sem exceção, no ensino regular.

METODOLOGIA

O percurso metodológico estabelecido para responder aos objetivos e o problema norteador deste estudo, consiste na pesquisa de caráter pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) por ela possibilitar aos envolvidos (pesquisador e pesquisados) condições para intervenção na base empírica e desdobra-se em proposição de solução da problemática posta. Opta-se pela a abordagem qualitativa (TRIVIÑOS, 2011) que procura captar não só a aparência do objeto, mas também suas essências, ou seja, "ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições" relacionadas ao fenômeno (TRIVIÑOS, 2011, p.74). Escolhemos como campo empírico e/ou território da pesquisa uma escola municipal de educação infantil de grande porte do município de Parauapebas/ Pará.

Opta-se pelos instrumentos para coleta de dados a entrevista semiestruturada como técnica (MINAYO, 2015) aplicada com os docentes e a análise documental (LUDKE, ANDRÉ, 2015), visando analisar os dispositivos legais e a discrepância entre instituído e praticado, bem como as metas do PME do município (e demais documentos oportunos). Quanto às análises dos dados, a priori, analisados e interpretados qualitativamente, a partir do aporte teórico com aproximação da análise do conteúdo (BARDIN, 2011) a qual nos permite compreender a percepção do conteúdo dos sujeitos participantes e articulá-los com os pressupostos da dialética que visa superar uma análise crítica-mecanicista para uma perspectiva crítico-dialética.

Por se tratar de um Programa de Mestrado Profissional, necessariamente, os resultados da pesquisa devem desdobrar-se em um produto educacional. Assim sendo, a partir dos conteúdos e dados dos entrevistados, pretende-se elaborar um Plano de Ação de Formação de Professores de Educação Inclusiva, com ênfase nas turmas de educação infantil.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não temos dados de resultados relevantes ainda, porém foi identificado que o município pesquisado tem os documentos que regem às politicas públicas de educação especial e inclusiva, e estamos nos percursos de investigação se o que é instituído está de fato sendo realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2001.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

_____. Lei nº 13.005/2014, com vigência de dez anos (2014-2024) Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: Inep, 2015a. Disponível em: http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdfAcesso em: 20 de Ago 2022.

_____. Lei 13.146 / 15. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 de Ago 2022.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de

[1] Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tatipacheco31@hotmail.com

professores: algumas considerações (org). São Paulo: UNESP, 1999.

JANNUZZI, Gilberta Martino. A luta pela educação do deficiente no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Educação Especial, Formação de Professores, Politicas Públicas, Inclusão

[1] Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, tatipacheco31@hotmail.com